**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2025**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 080/2025**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO PIAUÍ**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.554.828/0001-78, com sede na Av. Mal. Castelo Branco, nº 338, Centro, na cidade de São Gonçalo do Piauí, neste ato representada pela Prefeita, a Sra. GERLANE FERREIRA DA SILVA CABRAL, brasileiro(a), neste ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025**, tudo em conformidade com o processo administrativo nº 080/2025, nas cláusulas e condições constantes do instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços da empresa

**L R DO NASCIMENTO LIMA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº** 43.004.368/0001-30, estabelecia na Av. Centenário, Aeroporto, 1680, Teresina – PI, CEP: 64003700, telefone: (62) 99684-6344, neste ato representado pelo Sr. LEONARDO RAFAEL DO NASCIMENTO LIMA, inscrito no CPF sob o nº 053.397.863-74, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

## 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO PIAUÍ-PI, e suas secretarias, em suas atividades diárias, especificado(s) no Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 013/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| | |
|---|---|
| L R DO NASCIMENTO LIMA LTDA | CNPJ: 43.004.368/0001-30 |
| Av. Centenário, Aeroporto, 1680, Teresina – PI, CEP: 64003700 | Telefone: (62) 99684-6344 |
| Representante: LEONARDO RAFAEL DO NASCIMENTO LIMA, inscrito no CPF sob o nº 053.397.863-74. | |

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QTDE | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 001 | VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO PICK-UP TRANSFORMADO EM AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO: DESCRIÇÃO DETALHADA DO VEÍCULO NO TERMO DE REFERÊNCIA. | UND | 2 | R$ 348.000,00 | R$ 696.000,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 002 | AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO: CONFIGURAÇÃO DO VEÍCULO: PICK-UP CABINE SIMPLES, COM TRANSMISSÃO MANUAL E TRAÇÃO 4X2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO VEICULO NO TERMO DE REFERÊNCIA. | UND | 2 | R$ 160.000,00 | R$ 320.000,00 |
| 003 | VEÍCULO PASSEIO: DESCRIÇÃO: VEÍCULO (ZERO QUILÔMETRO); CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 LUGARES; MOTORIZAÇÃO 1.0 À 1.3,COM CÂMBIO MANUAL, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA , VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRASEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS NAS PORTAS, JOGO DE TAPETES, PROTETOR DE MOTOR, COMBUSTÍVEL FLEX; AR-CONDICIONADO; | UND | 2 | R$ 94.700,00 | R$ 189.400,00 |
| 004 | VAN 15 +1: VEÍCULO ANO/MODELO MIN. 2024/2025 DE ACORDO COM RESOLUÇÃO CONTRAN 316/09; MOTOR 2.3 DIESEL; POTÊNCIA (CV) 130, ENTRE EIXOS (MM) 3.680, ALTURA (MM) 2.490, CAPACIDADE MÍNIMA DE 16 PESSOAS SEM ACESSIBILIDADE; TETO ALTO, LIMPADOR DE VIDRO TRASEIRO, COMBUSTÍVEL: DIESEL; DIREÇÃO HIDRÁULICA; CÂMBIO: MANUAL; TRAÇÃO: 4X2, AR – CONDICIONADO PARA MOTORISTA E PASSAGEIROS, TRAÇÃO DIANTEIRA. GARANTIA MINIMA DE 12 MESES LICENCIADO, EMPLACADO, TODOS OS ITENS DE SEGURANÇA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTЕ. | UND | 2 | R$ 375.000,00 | R$ 750.000,00 |

São Gonçalo do Piauí
NOSSA FORÇA É A NOSSA GENTE

**VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 1.955.400,00 (um milhão e novecentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais).**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

## 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Piauí – PI

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

## 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**Dos limites para as adesões:**

4.5. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador.

4.6. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**Vedação a acréscimo de quantitativos:**

4.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP ou sítio eletrônico oficial, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata este item deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços do adjudicatário,

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo

e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item anterior, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.10. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.10.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.10.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 9. DAS PENALIDADES

São Gonçalo do Piauí
NOSSA FORÇA É A NOSSA GENTE

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

## 10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Gonçalo do Piauí – PI, 08 de setembro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
GERLANE FERREIRA DA SILVA CABRAL
Data: 17/09/2025 13:51:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO PIAUÍ/PI**
**Gerlane Ferreira da Silva Cabral**
Prefeita Municipal

L R DO NASCIMENTO LIMA LTDA:43004368000130
Assinado de forma digital por L R DO NASCIMENTO LIMA LTDA:43004368000130
Dados: 2025.09.10 10:54:05 -03'00'

**L R DO NASCIMENTO LIMA LTDA**
**CNPJ Nº 43.004.368/0001-30**
Contratada

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS
"Verba Volant, Scripta Manent"

Id:10EF348E1C26B867

PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO PIAUÍ
Nossa força é a nossa gente

**ATA EXTRATO Nº 015/2025**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 080/2025**

**OBJETO**: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO PIAUÍ-PI.

**OBSERVAÇÕES:**

• A empresa é detentora de expectativas de direito, considerando o registro as mesmas condições para efeito de contratação;
• A liberação ficará subordinada à indicação de dotação orçamentária que sustentará a despesa em conformidade com o planejamento realizado para o exercício vigente, bem como para o seguinte no caso de prorrogação da Ata de Registro;
• O órgão/ente fará a solicitação do objeto conforme a sua necessidade e de acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários, observando sempre as condições de registro, inclusive para efeito de chamamento de acordo com as capacidades declaradas ou mesmo prazo definidos para atendimento;
• A Ata de Registro Nº 015/2025 PMSGP - PI, integra este Extrato Parcial como se nele estivesse transcrita para todos os efeitos, no teor contido no Pregão Eletrônico Nº 013/2025 PMSGP – PI.
• Data de assinatura: 08/09/2025.

| L R DO NASCIMENTO LIMA LTDA | | CNPJ: 43.004.368/0001-30 | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Av. Centenário, Aeroporto, 1680, Teresina – PI, CEP: 64003700 | | Telefone: (62) 99684-6344 | | | |
| Representante: LEONARDO RAFAEL DO NASCIMENTO LIMA, inscrito no CPF sob o nº 053.397.863-74. | | | | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UND** | **QTDE** | **VALOR UNIT.** | **VALOR TOTAL** |
| 001 | VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO PICK-UP TRANSFORMADO EM AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO: DESCRIÇÃO DETALHADA DO VEÍCULO NO TERMO DE REFERÊNCIA. | UND | 2 | R$ 348.000,00 | R$ 696.000,00 |
| 002 | AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO: CONFIGURAÇÃO DO VEÍCULO: PICK-UP CABINE SIMPLES, COM TRANSMISSÃO MANUAL E TRAÇÃO 4X2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO VEICULO NO TERMO DE REFERÊNCIA. | UND | 2 | R$ 160.000,00 | R$ 320.000,00 |
| 003 | VEÍCULO PASSEIO: DESCRIÇÃO: VEÍCULO (ZERO QUILÔMETRO); CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 LUGARES; MOTORIZAÇÃO 1.0 À 1.3,COM CÂMBIO MANUAL, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA , VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRASEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS NAS PORTAS, JOGO DE TAPETES, PROTETOR DE MOTOR, COMBUSTÍVEL FLEX; AR-CONDICIONADO; | UND | 2 | R$ 94.700,00 | R$ 189.400,00 |
| 004 | VAN 15 +1: VEÍCULO ANO/MODELO MIN. 2024/2025 DE ACORDO COM RESOLUÇÃO CONTRAN 316/09; MOTOR 2.3 DIESEL; | UND | 2 | R$ 375.000,00 | R$ 750.000,00 |
| | POTÊNCIA (CV) 130, ENTRE EIXOS (MM) 3.680, ALTURA (MM) 2.490, CAPACIDADE MÍNIMA DE 16 PESSOAS SEM ACESSIBILIDADE; TETO ALTO, LIMPADOR DE VIDRO TRASEIRO, COMBUSTÍVEL: DIESEL; DIREÇÃO HIDRÁULICA; CÂMBIO: MANUAL; TRAÇÃO: 4X2, AR – CONDICIONADO PARA MOTORISTA E PASSAGEIROS, TRAÇÃO DIANTEIRA. GARANTIA MINIMA DE 12 MESES LICENCIADO, EMPLACADO, TODOS OS ITENS DE SEGURANÇA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTЕ. | | | | |
| **VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 1.955.400,00 (um milhão e novecentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais).** | | | | | |

Id:0CC564250388B87A

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL PIAUÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
ARRAIAL PIAUÍ

**PORTARIA Nº 05/2025, DE 01 DE SETEMBRO DE 2025.**

**Dispõe sobre a nomeação da Equipe e Coordenação Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, Lei nº 227 de 23 de junho de 2015 do município de Arraial, e dá outras providências.**

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE ARRAIAL, ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e, considerando a necessidade de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação aprovado pela Lei nº 227/2015 no cumprimento ao que dispõe a Lei nº 13005 de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação.**

**R E S O L V E:**

Art.1º - Nomear ***Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação*** para o Plano Municipal de Educação - PME, composta pelos membros:

**I. Representantes da Secretaria Municipal de Educação:**

MARIA DA GUIA BORGES DA SILVA
MARIA AUXILIADORA LIMA DOS SANTOS OLIVEIRA
IVANETE DA SILVA SOUSA
MARIA IRISMAR RODRIGUES DA PAZ
ANA CRISTINA BORGES GONÇALVES
RAIMUNDA PEREIRA PORTO
MARIA DAS DORES DE ARAÚJO FEITOSA
ANTONIO JOSÉ BORGES GONÇALVES
MARCOS FERNANDO FERREIRA DA PAZ
CAREM NAIARA DA PAZ SILVA

**II. Representantes das Escolas Municipais:**

FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS MARTINS
MARIA JOSÉ PEREIRA DE SOUSA
MARIA JOSÉ DOS SANTOS
LUZILENE SANTOS DA PAZ

**III. Representantes do Conselho Municipal de Educação CME:**

DANIELLE BORGES
MARLI BARROZO DE SOUSA

Art. 2º - São atribuições da **Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação (ETMA) do PME:**

I. Organizar as atividades mediante convocação prévia para as reuniões, elaboração do cronograma de reunião, pautas, material de estudo, com base no Plano de Trabalho;
II. Apropriar-se do Plano Municipal de Educação, dos Relatórios de Monitoramento e Documentos de Avaliação;
III. Divulgar, amplamente, o Relatório Anual de Monitoramento e o Documento de Avaliação periódico, construídos por meio eletrônico e presencial;
IV. Recolher as análises e as impressões manifestadas durante a exposição/divulgação, sobretudo na Audiência Pública, adicionando-as ao Documento de Avaliação preliminar a sistematização destas contribuições.

Art. 2º - A equipe instituída por esta Portaria terá, além das atribuições de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação vigente, a responsabilidade de coordenar e elaborar o novo Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036, garantindo a participação social e o alinhamento às diretrizes nacionais e municipais de educação.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Arraial – Piauí, 01 de setembro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA DA GUIA BORGES DA SILVA
Data: 16/09/2025 11:52:30-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br